

## Maria Giselda F Dos Santos

---

**De:** José Toledo Marques Neto  
**Enviado em:** quarta-feira, 24 de junho de 2020 18:09  
**Para:** Maria Giselda F Dos Santos  
**Assunto:** ENC: Apuração IRPJ e CSLL - compensações indevidas - exercício 2016



**José Toledo Marques Neto**  
Diretoria Administrativa Financeira  
[jtmneto@prefeitura.sp.gov.br](mailto:jtmneto@prefeitura.sp.gov.br)  
55 11 3113 7624

---

**De:** Erika Alves Santos e Silva

**Enviada em:** sexta-feira, 27 de setembro de 2019 10:16

**Para:** José Toledo Marques Neto

**Cc:** José Armênio de Brito Cruz; Daniel Wasem Quesada; Ricardo A. Grecco Teixeira

**Assunto:** RES: Apuração IRPJ e CSLL - compensações indevidas - exercício 2016

Sr. José Toledo, bom dia.

Relativamente as providências necessárias para atendimento da determinação do Conselho esclareço:

- Vou preparar o relatório técnico detalhando o ocorrido no sistema e anexar a documentação de suporte, mas relativamente a peça da defesa da empresa para abertura do processo administrativo junto à Receita Federal, por se tratar de análise de legislação tributária com base no Código Tributário Nacional e demais atos legais complementares deve ser elaborada pela Gerência Jurídica;
- A peça só poderá ser assinada por advogado que possuir procuração da empresa juntamente com o responsável legal (Presidente);
- O processo administrativo só poderá ser iniciado após o pagamento do débito;
- A GCP providenciará as retificações de todas as declarações fiscais após o pagamento do débito;
- A GCP iniciará o processo SEI com o relatório e os documentos de suporte, incluindo as cópias das guias pagas e encaminhará a Gerência Jurídica para elaboração da peça. Finalizado o processo SEI serão extraídos os documentos necessários do processo SEI e encaminhado à Receita Federal.



**Erika Alves Santos E Silva**  
Gerência de Contabilidade e Patrimônio  
[eassilva@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:eassilva@spurbanismo.sp.gov.br)  
55 11 3113 7635

---

**De:** José Toledo Marques Neto

**Enviada em:** quinta-feira, 26 de setembro de 2019 11:19

**Para:** Erika Alves Santos e Silva

**Cc:** José Armênio de Brito Cruz; Daniel Wasem Quesada; Ricardo A. Grecco Teixeira

**Assunto:** RES: Apuração IRPJ e CSLL - compensações indevidas - exercício 2016

Erika,

Envio anexa a ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de agosto de 2019 onde o Conselho indica a denúncia espontânea através de processo administrativo, liquidação dos débitos e o questionamento das multas pelos motivos apresentados em sua explanação.

Solicito suas providências para a abertura do processo administrativo consultando, sempre que necessário, a Gerência Jurídica.

Atenciosamente



**José Toledo Marques Neto**  
Diretoria Administrativa Financeira  
[jtmneto@prefeitura.sp.gov.br](mailto:jtmneto@prefeitura.sp.gov.br)  
55 11 3113 7624

---

**De:** Erika Alves Santos e Silva

**Enviada em:** sexta-feira, 16 de agosto de 2019 10:22

**Para:** José Toledo Marques Neto

**Assunto:** ENC: Apuração IRPJ e CSLL - compensações indevidas - exercício 2016

Sr. Toledo, bom dia.

Encaminhei o email por engano para o Sr. José Armênio na quarta feira dia 14/08/2019.



**Erika Alves Santos E Silva**  
Gerência de Contabilidade e Patrimônio  
[eassilva@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:eassilva@spurbanismo.sp.gov.br)  
55 11 3113 7635

---

**De:** Erika Alves Santos e Silva

**Enviada em:** quarta-feira, 14 de agosto de 2019 17:40

**Para:** José Armênio de Brito Cruz

**Assunto:** Apuração IRPJ e CSLL - compensações indevidas - exercício 2016

Sr. José Toledo, boa tarde.

A Escrituração Fiscal Digital é declaração anual onde são apurados o lucro real, o imposto de renda e a contribuição social devidos no período.

Conforme falamos em 29/07/2019 identificamos no sistema de apuração da Escrituração Fiscal Digital, referente ao exercício de 2016, encaminhada à Receita Federal em julho/2017, uma falha na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social gerando um saldo negativo para compensação superior ao valor correto.

Seguem em anexo as telas extraídas do sistema das declarações originais e retificadoras que apresentam a base de cálculo do imposto e da contribuição social. Esclarecendo que a base de cálculo é apurada automaticamente pelo sistema e não é possível a manipulação manual.

Os saldos negativos do exercício são utilizados para compensação de tributos em exercício seguinte e o saldo incorreto apurado em 2016 foi utilizado para quitação de tributos em 2017 e 2018, logo, será necessário o recolhimento do principal com multa e juros oriundos dessas compensações indevidas. Segue o demonstrativo detalhado em anexo, resumindo:

Valor original: 551.517,40 - saldo compensado com crédito inexistente de 2016

Multa de Mora: 110.303,46 - até 30/08/2019

Juros de Mora: 63.788,28 - até 30/08/2019

Total Geral: 725.609,14

Ressaltando que a declaração retificadora foi encaminhada à Receita Federal em 29/07/2019, logo a Empresa está sujeita a notificação pela compensação indevida a qualquer momento. No caso de notificação poderá ser aplicada multa de ofício definida na legislação, conforme segue:

*Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:*

*I – de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;*

*II – de 50% (cinquenta por cento), exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal (estimativa), que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente.*

*As multas a que se referem os itens I e II (inclusive quando majoradas na forma das letras “a” e “b”), poderão ser reduzidas nos seguintes percentuais, se o sujeito passivo, uma vez notificado, efetuar o pagamento, a compensação ou o parcelamento dos tributos lançados de ofício:*

*– 50% (cinquenta por cento), se efetuar o pagamento ou a compensação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado do lançamento;*

*– 40% (quarenta por cento), se requerer o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado do lançamento;*

*– 30% (trinta por cento), se efetuar o pagamento ou a compensação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância; e*

*– 20% (vinte por cento), se requerer o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que foi notificado da decisão administrativa de primeira instância.*

*Essas disposições aplicam-se, inclusive, aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de tributo ou contribuição decorrente de qualquer incentivo ou benefício fiscal.*

**Notas:**

*1) Nos casos de lançamento de ofício, além da exigência da multa de ofício, incidirão juros de mora sobre os valores devidos.*

*2) Na hipótese de lançamento de ofício, não poderá haver exigência concomitante de multa de mora, tendo em vista que esta incide sobre os recolhimentos efetuados espontaneamente pelo contribuinte.*

Diante do exposto solicito autorização para as providências necessárias à regularização das declarações de compensações e recolhimento dos tributos devidos.



**Erika Alves Santos E Silva**  
Gerência de Contabilidade e Patrimônio  
[eassilva@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:eassilva@spurbanismo.sp.gov.br)  
55 11 3113 7635